



**FRENTE
PARLAMENTAR
MISTA**

pelo Fortalecimento das
Entidades Fechadas de
Previdência Complementar

Agenda Legislativa 2026

**da Previdência
Complementar**

A Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar reafirma, de modo público e inequívoco, seu compromisso político com o aprimoramento do marco legal e com a criação de condições institucionais que assegurem o crescimento sustentável das EFPCs. Trata-se de agenda de Estado, por sua conexão direta com a proteção social, com a formação de poupança de longo prazo e com a sustentabilidade financeira do País.

As EFPCs desempenham função estruturante na ampliação da cobertura previdenciária e na redução de vulnerabilidades, alcançando milhões de brasileiros, entre participantes ativos, assistidos e dependentes. Essa capilaridade se converte em proteção concreta e continuada, por meio do pagamento de benefícios e da preservação de renda em fases críticas do ciclo de vida, com impacto positivo sobre a coesão social.

Nesse contexto, é indispensável fomentar o aumento do segmento, especialmente em número de pessoas efetivamente protegidas por mecanismos previdenciários complementares. Para tanto, impõe-se a consolidação de um ambiente normativo estável, com incentivos adequados e segurança jurídica, capazes de estimular a adesão e a permanência. A Agenda Legislativa 2026 organiza prioridades que convergem para esse objetivo, inclusive por meio de medidas voltadas à expansão de instrumentos de acesso e ao aperfeiçoamento de condições tributárias e regulatórias compatíveis com a natureza previdenciária do sistema.

A relevância do setor também se projeta no plano macroeconômico. As reservas das EFPCs possuem dimensão expressiva em relação ao PIB, o que reforça

a capacidade de contribuir para o financiamento de longo prazo e para a estabilidade do sistema econômico, com disciplina de investimento, racionalidade intertemporal e perspectiva de sustentabilidade.

Cumpre, ademais, destacar a integridade do segmento em suas entregas. A previdência complementar fechada opera sob governança própria, com estrutura decisória colegiada, controles e supervisão especializada, o que eleva o padrão de diligência e prudência esperado de instituições vocacionadas à tutela de direitos previdenciários. A confiança pública, nesse cenário, exige transparência, previsibilidade regulatória e fortalecimento permanente das boas práticas.

Diante disso, a Frente Parlamentar manterá atuação propositiva para priorizar e viabilizar iniciativas legislativas e institucionais que ampliem a atratividade e a cobertura das EFPCs, removam entraves desnecessários e promovam coerência normativa com a finalidade pública de proteção previdenciária. A Agenda Legislativa 2026 constitui instrumento relevante de coordenação dessa agenda, em diálogo com o setor, com os órgãos reguladores e com a sociedade.

Reitero, por fim, que o fortalecimento das EFPCs é pauta de inclusão, de proteção social e de responsabilidade intergeracional. É, igualmente, vetor de desenvolvimento nacional e de estabilidade econômico-financeira, com entregas que merecem reconhecimento e continuidade.

Deputado Tadeu Veneri

**Presidente da Frente Parlamentar Mista pelo
Fortalecimento das Entidades Fechadas de
Previdência Complementar**